

# Salário traz insatisfação

O tempo em que ser funcionário da Câmara ou Senado era sinônimo de estabilidade financeira acabou. Com as dificuldades econômicas em todas as instituições públicas, a crise também atingiu o Congresso e os salários considerados de "marajás", não existem mais. No Legislativo, tem servidor querendo sair, em troca de remunerações mais altas no Judiciário ou na iniciativa privada.

Um exemplo é o agente de Serviços Legislativos, César Achkar Magalhães, 28 anos, aprovado há cinco anos em concurso na Câmara Federal. Ele ganha salário de Cr\$ 596 mil, ocupa o nível 25, o último da carreira de nível médio e não tem mais como subir de cargo. "Só se eu fizer outro concurso para nível superior", esclarece César, ao condenar o plano de carreira em vigor.

Com a mulher, Nívea, ganhando quase o mesmo como professora da Fundação Educacional, e com dois filhos, César Magalhães não sabe mais o que fazer. Nos últimos anos, ele abandonou o Plano Piloto para morar em um barraco perto da Agrovila, ao lado da Papuda. "pelo menos fiquei li-

vre dos altos aluguéis". Mas, tem que pagar Cr\$ 260 mil de escola para seus filhos — não há nenhuma escola pública perto de sua casa — e mais Cr\$ 140 mil de seu curso de Artes na Faculdade Dulcina. "Tenho que fazer esses gastos porque quero meus filhos estudando e, também, quero me formar, para crescer profissionalmente. Só aí vai quase todo o meu salário", lamenta.

No entanto, não é só César que anda preocupado com a situação. No corpo de assessores legislativos — os mais bem pagos da Câmara, com salários em torno dos Cr\$ 3,5 milhões — há muito profissional especializado, com Phd no exterior, que se prepara para fazer concurso no Judiciário, na esperança de ganhar mais.

Entre os inconformados, há ex-professores da UnB, ex-ocupantes de cargos no segundo escalão do Governo Federal e até doutores com formação em universidades da Europa e Estados Unidos. "Somos nós que sustentamos o trabalho legislativo. Quando os deputados querem parecer sobre um projeto, é só nos acionar. E ainda dizem que não trabalhamos".

Eles argumentam que assessores com sua especialização ou, na maioria das vezes em menor grau, no Tribunal de Contas da União, na Procuradoria Geral do DF, ou até mesmo agentes de Polícia Federal chegam a ganhar bem mais.